

Regulamentos

8. Alteração do Regulamento do Arquivo Municipal de Braga - Início do Procedimento.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação do início do procedimento de alteração do Regulamento do Arquivo Municipal de Braga, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e nos termos do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 104514

Data: 22/11/2023

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Proposta de alteração do Regulamento do Arquivo Municipal - início do procedimento

Pelo Sr. Chefe da Divisão de Arquivo Municipal, foi proposta a alteração do Regulamento do Arquivo do Município de Braga, tendo obtido despacho de concordância do Sr. Presidente da Câmara de 15/11/2023 (**Documento nº 1**).

Assim sendo, e verificando-se:

1. que na proposta remetida a esta DAAJ, está fundamentada a necessidade de regular

«A Câmara Municipal de Braga detém e administra um Arquivo que compreende um período temporal de aproximadamente 1000 anos, integrando um universo que põe em diálogo, documentos em pergaminhos, datados do século XII, e informação em formato nado digital, produzida e recebida no exercício da sua atividade, preservada a título de prova ou informação, que se afigura fundamental para a gestão corrente e um importante recurso para o estudo da identidade local, assim como para a preservação da memória institucional e coletiva do concelho.

O Arquivo Municipal de Braga apresenta hoje uma estrutura, competências e responsabilidades substancialmente diferentes das refletidas no regulamento em vigor, aprovado em reunião do Executivo Municipal a 21 de janeiro de 1993 (Edital n.º 11/1993), que carecem de ser harmonizadas às mais recentes normas, orientações internacionais e do órgão de coordenação da política arquivística nacional, bem como do enquadramento normativo relacionado com o acesso à informação e à proteção de dados pessoais.

Perante a desconformidade do regulamento vigente, o Arquivo Municipal sente a necessidade de elaborar um novo regulamento, que constitua a sua base legal, de forma a regular a estrutura, a gestão, o funcionamento e a normalização dos procedimentos subjacentes à sua atividade, fomentando uma política de gestão integrada da informação e do património arquivístico, garantindo a sua utilização como recurso vital da atividade administrativa e fundamento da memória coletiva e individual.

Além do mencionado, o projeto de Regulamento do Arquivo Municipal surge na sequência de diversas medidas que o Município de Braga tem vindo a desenvolver no sentido de recolher, preservar e disponibilizar, de forma coerente e transparente, o património arquivístico, e do esforço de dotar o Arquivo Municipal de Braga de novas instalações, já em fase de conclusão, no Centro Cultural Francisco Sanches. Este novo espaço receberá não apenas o património arquivístico, mas também outros bens culturais que complementam e engrandecem todo o corpus patrimonial, proporcionando este projeto de Regulamento

do Arquivo Municipal um novo modelo de gestão do Arquivo Municipal de Braga, alicerçado na prestação de um serviço inovador, aberto a todos e para todos. »

2. e que o Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP.

está o processo em condições de **ter seguimento para o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, para efeitos de remessa ao Executivo Municipal.**

Devendo a Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos (UAOA) providenciar pelos procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal (Ordem de Trabalhos):

SOB PROPOSTA DA SR. PRESIDENTE DA CÂMARA – solicitar aprovação do **início do presente procedimento de alteração regulamentar, do REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE BRAGA**, que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.

A gestora do procedimento,

Anexos:

- 1. Proposta e respetiva fundamentação / Informação técnica;**
- 2. Despacho do Sr. Presidente.**

Nº Informação: 100337

Data: 13/11/2023

Processo :2023/100.10.600/3

*Às Deputadas Inês
e ao Sr.
Pne os Deputados
23 11.15
[Assinatura]*

Assunto: Projeto de Regulamento do Arquivo Municipal, e respetiva nota justificativa, solicitando-se o colhimento de parecer favorável do Departamento Jurídico, bem como do Encarregado de Proteção de Dados do Município, com vista à sua submissão a apreciação pública, ao abrigo do art.º 101º do Código de Procedimento Administrativo.

A Câmara Municipal de Braga detém e administra um Arquivo que compreende um período temporal de aproximadamente 1000 anos, integrando um universo que põe em diálogo, documentos em pergaminhos, datados do século XII, e informação em formato nado digital, produzida e recebida no exercício da sua atividade, preservada a título de prova ou informação, que se afigura fundamental para a gestão corrente e um importante recurso para o estudo da identidade local, assim como para a preservação da memória institucional e coletiva do concelho.

O Arquivo Municipal de Braga apresenta hoje uma estrutura, competências e responsabilidades substancialmente diferentes das refletidas no regulamento em vigor, aprovado em reunião do Executivo Municipal a 21 de janeiro de 1993 (Edital n.º 11/1993), que carecem de ser harmonizadas às mais recentes normas, orientações internacionais e do órgão de coordenação da política arquivística nacional, bem como do enquadramento normativo relacionado com o acesso à informação e à proteção de dados pessoais.

Perante a desconformidade do regulamento vigente, o Arquivo Municipal sente a necessidade de elaborar um novo regulamento, que constitua a sua base legal, de forma a regular a estrutura, a gestão, o funcionamento e a normalização dos procedimentos subjacentes à sua atividade, fomentando uma política de gestão integrada da informação e do património arquivístico, garantindo a sua utilização como recurso vital da atividade administrativa e fundamento da memória coletiva e individual.

Além do mencionado, o projeto de Regulamento do Arquivo Municipal surge na sequência de diversas medidas que o Município de Braga tem vindo a desenvolver no sentido de recolher, preservar e disponibilizar, de forma coerente e transparente, o património arquivístico, e do esforço de dotar o Arquivo Municipal de Braga de novas instalações, já em fase de conclusão, no Centro Cultural Francisco Sanches. Este novo espaço receberá não apenas o património arquivístico, mas também outros bens culturais que complementam e engrandecem todo o corpus patrimonial, proporcionando este projeto de Regulamento do Arquivo Municipal

um novo modelo de gestão do Arquivo Municipal de Braga, alicerçado na prestação de um serviço inovador, aberto a todos e para todos.

A presente proposta de Regulamento concretiza normas dos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro, na sua redação atual, que aprova o regime geral dos arquivos e do património arquivístico;
- b) Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;
- c) Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de agosto, que aprova o regime da classificação e da inventariação dos bens culturais móveis de interesse cultural;
- d) Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 68/2021 de 26 de agosto, que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos;
- e) Lei n.º 31/2019, de 3 de maio, que regula a utilização de dispositivos digitais de uso pessoal e permite a fotografia digital nas bibliotecas e arquivos públicos;
- f) Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.
- g) Portaria n.º 112/2023 de 27 de abril que aprova o Regulamento para a Classificação e Avaliação da Informação Arquivística da Administração Local.

Mais se informa que no processo de revisão do Regulamento do Arquivo Municipal de Braga foram analisados e considerados, entre outros, os seguintes referenciais:

- a) Regulamento de Reprodução de Documentos da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Despacho n.º 6852/2015, DRE n.º 118, 19 de junho de 2015;
- b) Regulamento de Utilização de Imagens de Museus, Monumentos e outros Imóveis afetos à Direção-Geral do Património Cultural, Despacho n.º 10946/2014, DRE n.º 167, 27 de agosto de 2014;
- c) Regulamento de Acesso do Arquivo Histórico do Ministério da Justiça: Fundos custodiados pela Secretaria-Geral, novembro de 2020;
- d) Regulamento do Arquivo Municipal de Lisboa, Aviso, n.º 16096/2021, DRE n.º 165, 25 de agosto de 2021;
- e) Regulamento do Arquivo Municipal de Esposende, Edital n.º 1850/2023, DRE n.º 205, de 23 de outubro de 2023;
- f) Regulamento do Arquivo Municipal de Vila Viçosa, Regulamento n.º 1185/2023, DRE n.º 212, de 2 de novembro de 2023;
- g) Regulamento interno para a gestão de Documentos Administrativos do Município de Coimbra, Edital n.º 141/2021 de 28 de junho;
- h) Regulamento do Arquivo Municipal de Viseu, Regulamento n.º 756/2020, DRE n.º 175, de 8 de setembro de 2020;

- i) Regulamento do Arquivo Municipal da Maia, Regulamento n.º 351/2017, DRE n.º 126, 3 de julho de 2017;
- j) Anica, A. et. al (2018). Modelo de Regulamento do Arquivo e documentos complementares. RAA-DE.

Em resumo, impõe-se a revisão e aprovação de um novo Regulamento do Arquivo Municipal, adequando as competências e normas do serviço às novas realidades e exigências legais e científicas. Pretende-se, assim, regular o funcionamento do Arquivo Municipal de Braga na sua relação com o cidadão, e com os outros serviços do Município, atendendo aos vários serviços prestados, sustentando a sua atividade nos princípios da inovação, acessibilidade, colaboração, profissionalismo e responsabilidade, sempre pautado pela qualidade de serviço público.

Pelo exposto, coloca-se à consideração superior o Projeto de Regulamento do Arquivo Municipal, e respetiva nota justificativa, solicitando-se o colhimento de parecer do Departamento Jurídico, bem como do Encarregado de Proteção de Dados do Município, com vista à sua submissão a apreciação pública, ao abrigo do art.º. 101º do Código de Procedimento Administrativo.

À consideração superior,

13 de novembro de 2023

Chefe de Divisão da DAM